

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades

TERCEIRO TRIMESTRE - exercício de 2012

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO compreende o registro das principais atividades desenvolvidas em âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2012.

CONTEÚDO

Relatório de atividades circunscrito: a) às ocorrências de maior relevância; b) à ação de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado e de 644 municípios; e c) ao acompanhamento da execução do orçamento do Tribunal de Contas do Estado.

<u>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL - 2º TRIMESTRE DE 2012</u>

Em 28 de agosto de 2012 o Tribunal de Contas remeteu à A. Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades correspondente ao 2º Trimestre do exercício de 2012 (ofício nº 3129/2012 – Presidência).



CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2012

818	Contratos
77	Prest. de Contas de Adiantamento
2	Consultas
3	Auxílios/Subvenções/Contribuições
2	Relatório de Fiscalização
3	Apartado de Prefeitura Municipal
3	Acompanhamento de Concessões e Permissões
326	Admissão de Pessoal – Concurso processo
331	Admissão de Pessoal. – Tempo Determinado
156	Aposentadorias
	Pensão Mensal
28	Convênios - Repasses a Órgãos Públicos
3	Compl. de Proventos – Valor da Pensão
87	Prest.de Contas-Contrato de Gestão
3	Prest. de Contas dos Gestores Previdenciários
12	Contrato de Gestão
12	Prest. de Contas – Aux./Sub./Contrib./Org.
	Públicos
1	Expedientes em Apartado
32	Prest. de Contas - Convênio Repasses Orgão
30	Repasses Públicos ao Terceiro Setor -
	Auxílios/Subvenções/Contribuições
6	Termo de Parceria
10	Prest. de Contas – Termo de Parceria
56	Prest. de Contas – Convênio Repasses Públicos
	ao Terceiro Setor
3	Contas Municipais
1	Câmaras Municipais
1	Denúncia
174	Prest. de Contas – Convênio Repasses Públicos
	Terceiro Setor Contrato Geral, Termo de
20	Parceria/Convênios
29	Prest. de Contas – Convênio Repasses Orgãos
250	Públicos
258	Prest. de Contas – Aux/Subv/Contr. Terceiro
252	Setor
352	Recursos Ordinários



27	Rescisão de Julgado
119	Representação
10	Revisão
297	Representação contra edital
3272	Total

TRIBUNAL PLENO

O Tribunal Pleno, no terceiro trimestre, realizou 11 (onze) sessões públicas ordinárias com apreciação de 389 (trezentos e oitenta e nove) processos que integraram as respectivas pautas previamente publicadas no veículo de Imprensa do Estado, bem como, a título de atividade extra-pauta, 337 (trezentos e trinta e sete) representações com requerimento de *exame prévio de edital*.

Foram realizadas, ainda, 7 (sete) sessões para deliberação sobre assuntos internos de natureza administrativa.

PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Primeira e Segunda Câmaras reuniram-se, no trimestre, 11 (onze) vezes em sessões ordinárias, e apreciaram, respectivamente, 865 (oitocentos e sessenta e cinco) e 895 (oitocentos e noventa e cinco) feitos.

Os acórdãos e pareceres contaram com regular publicação no Diário Oficial do Estado.

SENTENÇAS

Na qualidade de julgadores singulares, com alcance às matérias de suas competências, coube ainda aos Senhores Conselheiros deste Tribunal, no período de interesse, proferir 672 (seiscentos e



setenta e dois) sentenças. As decisões monocráticas foram igualmente divulgadas no D.O.E., na forma prevista em lei.

PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º trimestre de 2012, manifestou-se a P.F.E. em 2.828 (dois mil, oitocentos e vinte e oito) feitos, assim discriminados:

26	Processos Originários da Procuradoria Geral do Estado					
165	Diversos					
54	Balancetes, Balanços e/ou Contas Anuais					
127	Prestações de Contas					
476	Auxílios e Subvenções Estaduais					
56	Relatórios de Auditoria					
1.720	Matérias Contratuais					
155	Movimentação de Pessoal					
49	Aposentadorias, Reformas, Pensões e Averbações					
	de apostilas					
2.828	TOTAL					

CORPO DE AUDITORES

As competências conferidas aos Auditores no período de abrangência deste Relatório, pormenorizadas nas Resoluções 01/2012 e 03/2012, resultaram no seguinte trânsito total:



Admissão de Pessoal	2107
Aposentadoria/Pensão/Reforma	363
Balanço Geral	557
Repasse ao 3º setor	513
Contratos	1867
Apartado	193
Demais expedientes	139
Total	5739

Dos processos apreciados individualmente:

DESPACHOS	3º Setor	Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanço Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	33	174	90	13	9	73	140	-	422
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	63	246	21	16	16	47	83	1	492
Dr. Antonio Carlos dos Santos	63	215	27	14	22	65	135	-	541
Dr. Josué Romero	39	276	18	26	22	71	127	ı	576
Dra. Silvia Monteiro	55	267	26	22	18	63	119	1	570
									2723

DIFERIMENTOS	CONTRATOS
Dr. Samy Wurman	61
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	99
Dr. Antonio Carlos dos Santos	133
Dr. Josué Romero	153
Dra. Silvia Monteiro Moraes	90
	536



SENTENÇAS	3º Setor	Admissão de Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanço Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	2	61	1	10	5	0	01	-	80
Dr. Alexandre Manir Figueiredo									
Sarquis	13	28	0	4	4	0	02	-	51
Dr. Antonio Carlos dos Santos	11	47	2	4	7	6	13	-	90
Dr. Josué Romero	3	35	1	1	4	7	12	-	63
Dra. Silvia Monteiro	12	56	1	8	9	17	0	-	103
									387

Das Substituições de Auditores para Auditores

	Dias de	Auditor
Auditor	Substituição	Substituído
Dr. Samy Wurman	15	Dr. Josué Romero
Dra. Silvia Cristina Monteiro Moraes	15	Dr. Samy Wurman
Dr. Alexandre Manir Figueiredo		Dr. Antonio Carlos
Sarquis	30	dos Santos

Informa-se, a seguir, levantamento relativo às atividades dos Senhores Auditores como Substitutos de Conselheiros:

	Dias de	Sessões de	Sessões de
Auditor	Substituição	Câmara	Plenário
Dr. Samy Wurman	05	01	01
Dr. Alexandre Manir Figueiredo			
Sarquis	14	03	04
Dr. Antonio Carlos dos Santos	19	04	04
Dr. Josué Romero	34	05	04
Dra. Silvia Cristina Monteiro Moraes	14	02	02



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Da movimentação de processos no Ministério Público de Contas no período de 01/07/2012 a 30/09/2012:

	Entrada	Saída
Processos em geral	13075*	11986*
Exame Prévio de Edital	285	288
Total	13360	12274
Total Geral		
(19/04/12 a 30/09/12)	17204	15263

^{*}Fonte: DI – Prodesp/Sistema Integrado de Protocolo

ESTRUTURA BÁSICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES NAS ÁREAS DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVA

Para o desenvolvimento da atividade-fim (fiscalização) e atividade-meio (suporte administrativo), o Tribunal de Contas do Estado continua contando com a seguinte estrutura:

1 – FISCALIZAÇÃO: <u>Secretaria-Diretoria Geral</u> (S.D.G.), composta de: a) dois <u>Departamentos de Supervisão da Fiscalização (D.S.F.)</u>, aos quais se vinculam onze <u>Diretorias de Fiscalização (D.F.)</u> e dezoito <u>Unidades Regionais (U.R.)</u> (equivalentes às Diretorias); b) Assessoria Técnico Jurídica (A.T.J.) e dependências de Apoio Administrativo (Taquigrafia e Pauta) e c) Apoio Estratégico à Fiscalização (A.E.F.).

2 – ADMINISTRATIVA: <u>Departamento Geral de Administração (D.G.A.)</u>, reorganizado pela Resolução nº 1/97, ao qual estão subordinadas: a) Diretorias: <u>de Pessoal (D.P.)</u>; <u>de Expediente (D.E.)</u>; <u>de Material (D.M.)</u>; <u>de Serviços (D.S.)</u>; <u>de Despesa de Pessoal (D.D.P.)</u>; <u>de Contabilidade e Finanças (D.C.F.)</u>; <u>de Transportes (D.T.)</u>. b)



Assessoria de Saúde e de Assistência Social (A.S.A.S.). c) Centro de Convivência Infantil (C.C.I.).

Como órgão especial de assessoramento, tanto para assuntos relativos à fiscalização quanto administrativos, o Tribunal dispõe do Gabinete Técnico da Presidência (G.T.P.), ao qual se vincula a Escola de Contas Públicas (E.C.P.), instituída pela Resolução 11/2004 e que tem por escopo o treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do quadro próprio, bem assim dos gestores e operadores da Administração Pública. A Escola de Contas Públicas supervisiona, também, as atividades da Biblioteca, atribuição que lhe foi confiada pela Resolução 03/2006.

Compõe o Tribunal, ainda, o Departamento de Tecnologia da Informação (D.T.I. - Resolução nº 01/2002, DOE de 19/12/2002) e suas respectivas Diretorias (de Tecnologia e de Sistemas), que têm a incumbência de prestar suporte técnico especializado às áreas da fiscalização (atividade-fim) e administrativa (atividade-meio).

Cabe também menção ao Gabinete da Presidência (G.P.), que responde pelo expediente técnico e administrativo de exclusiva competência da Presidência do Tribunal de Contas, compreendendo, também, o Cerimonial que cuida das questões relativas aos eventos e relações de autoridades institucionais.

As atividades dos órgãos supramencionados vêm apontadas em relatórios próprios, submetidos à Presidência, igualmente, com periodicidade trimestral.

ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS - ECP

A seguir o controle de atendimentos da **ECP**, reunindo as atividades realizadas durante o 3º trimestres de 2012, tanto em instalações próprias, como pela participação oferecida por esta Escola em outras instituições, a exemplo das parcerias para capacitação de nossos servidores como as que ocorrem costumeiramente na Editora NDJ Ltda. e, com destaque no período, da 10ª Semana Jurídica; Cerimônia de Colação de Grau da Pós Graduação da USP e o Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público CASP-EAD, cujo quadro resumido segue abaixo:



	Atividades	Participantes
Reuniões Pedagógicas	13	141
Cursos/Eventos nas dependências da ECP e/ou Auditórios TCESP	13	2230
Cursos/Eventos em outros Tribunais de Contas	05	10
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	08	32
Cursos/Eventos em outras dependências ou Instituições	09	427
TOTAL	48	2840

Por meio do Programa Auxílio Bolsa de Estudos, 11 (onze) novos servidores foram beneficiados no 3º trimestre, sendo que 05 (cinco) passaram a receber reembolsos em suas mensalidades em cursos de graduação e 06 (seis) para pós-graduação.

Também importante registrar os trabalhos da nossa Biblioteca, localizada no 14º andar do Edifício Sede, com os cerca de 763 atendimentos neste trimestre.

ACESSO A INFORMAÇÃO (Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011)

Em atendimento às determinações da Lei de Acesso à Informação, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC deste Tribunal de Contas promoveu diversos aperfeiçoamentos técnicos, alavancados pela primazia desta Corte como órgão técnico de auditoria governamental, no auxílio ao controle público no Estado de São Paulo. Sob a ótica de constante melhoramento, avançamos e nos aprofundamos no tema,



participando para tanto, inclusive, de Congressos e Debates sobre "Lei de Acesso à informação". Nesta esteira, cotejando o comando inserto na Lei Federal nº 12.527/2011 com a conduta que pauta esta Corte nos processos de transparência da gestão pública, resta a este serviço quanto à **transparência passiva** apenas relatar o que segue:

PEDIDOS DE ACESSO	69	100%
DEFERIDOS	67	97,11%
INDEFERIDOS*	2	2,89%
RECURSOS	0	0

^{*}artigo 7°, inciso VII, letra "b", §3° da Lei nº 12.527/2011.

FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Os trabalhos de fiscalização são realizados por onze Diretorias que operam em dependências da sede do Tribunal de Contas, bem como por dezoito Unidades Regionais instaladas em pontos estratégicos no interior do Estado, funcionando como órgãos diretamente subordinados a dois Departamentos de Supervisão da Fiscalização, todos, como visto, sob superior coordenação da Secretaria-Diretoria Geral. No terceiro trimestre, apresentam-se assim quantificadas as ações da fiscalização:

ÁREA ESTADUAL

	D.S.F.	D.S.F.	TOTAL
ATIVIDADES	- I	– II	
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Unidades Gestoras Executoras	4	2	6
Empresas de Economia Mista	4	3	7
Empresas Públicas	1	0	1
Autarquias	5	4	9
Entidade Gerenciada	0	39	39
Entidade Previdência	1	0	1
Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	8	0	8
Fundações (Apoio, Conveniadas,	11	5	16
Típicas)			



RELATÓRIOS ELABORADOS			
Unidades Gestoras Executoras	160	92	252
Fundações (Apoio, Conveniada,	13	4	17
Típica)			
Empresa de Economia Mista	1	1	2
Empresa Pública Estadual	1	0	1
Entidade de Previdência Estadual	1	0	1
Autarquia	4	1	5
Almoxarifados/Campus Unesp	1	1	2
Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	10	0	10
PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Unidade Gestora Executora	823	275	1098
Autarquia	10	4	14
Economia Mista	4	9	13
Almoxarifado/Campus-UNESP	1	11	12
Fundações (Apoio, Conveniadas,	22	8	30
Típicas)			
Empresas Públicas	1	0	1
Contratos/Convênios	1100	815	1915
Aposentadoria/Reforma/Pensão	47	38	85
Admissão de Pessoal	121	65	186
Prestação de Contas Adiantamento	110	120	230
Preferencial	1	2	3
TC-A	34	23	57
Fiscalização Especial/Extraordinária	0	175	175
Organizações Sociais/Entidades	1	7	8
Gerenciadas			
Esporádicos	2	0	2
Expedientes Diversos	1528	1336	2864
Exame Prévio Editais	10	5	15
Prestação de Contas - Convênio 3º	16	17	33
Setor			
Prestação de Contas - Convênio	47	32	79
Repasses			
Prestação de Contas - Convênio	57	51	108
Valor Inferior			
Repasses Públicos ao 3º Setor	98	50	148
Repasses a Órgãos Públicos –	100	78	178
Convênio			
Repasses 3º Setor –	20	20	40
Auxílios/Subvenções/Contribuições			



Prestação de Contas –	8	7	15
Auxílios/Subvenções/Contribuição			
Outros	199	228	427

ÁREA MUNICIPAL

ATIVIDADES	D.S.F. - I	D.S.F II	TOTAL
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Fundações (Apoio, Conveniadas,	16	10	26
Típicas)			
Empresas Públicas	13	5	18
Fundos/Entidades de Previdência	39	10	49
Câmaras Municipais	139	112	251
Entidade Gerenciada	0	15	15
Prefeituras Municipais	133	122	255
Autarquia	36	20	56
Empresas de Economia Mista	9	5	14
Consórcios	31	23	54
RELATÓRIOS ELABORADOS			
Fundações (Apoio, Conveniadas,	21	17	38
Típicas)			
Consórcio	30	20	50
Autarquias	45	31	76
Entidade Gerenciada	0	1	1
Fundos/Entidades de Previdência	44	41	85
Câmaras Municipais	125	131	256
Empresas Públicas	12	9	21
Empresas de Economia Mista	12	7	19
Prefeituras Municipais	126	122	248
PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Prefeitura Municipal	300	257	557
Câmara Municipal	310	264	574
Entidades/Fundos de Previdência	63	64	127
Autarquia	65	37	102
Economia Mista	23	13	36
Empresas Públicas	16	13	29



Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	30	26	56
Consórcios	49	25	74
Contratos/Convênios	698	564	1262
Aposentadoria/Pensão/Reforma	97	106	203
Apartados	37	58	95
Admissão de Pessoal	767	745	1512
Acessório 1 – Acompanhamento da Gestão Fiscal	782	615	1397
Outros	248	290	538
Entidades Gerenciadas/ Organizações Sociais	2	3	5
Prestação de Contas Termo de Parceria	6	10	16
Prestação de Contas - Convênio 3º Setor	68	44	112
Repasses Públicos ao 3º Setor	176	220	396
Repasses Órgão Público - Convênio		1	1
Exame Prévio Edital	28	35	63
Expedientes Diversos	2539	1952	4491
Prestação de Contas - Convênio Valor Inferior	1	3	4
Repasses Públicos ao 3º Setor – Auxílios/Subvenções/Contribuição	181	276	457

PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 14.675, de 28 de dezembro de 2011, que "Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2012", foi elaborado com suporte na Lei nº 14.489, de 21 de julho de 2011, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2012".

A dotação para as despesas do Tribunal de Contas do Estado foi fixada em R\$ 523.073.296,00, sendo R\$ 511.249.820,00 para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e R\$ 11.823.476,00 para as Despesas de Capital.



O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.489/11), Decreto nº 57.733, de 10 de janeiro de 2012, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2012, bem como Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO-CPA-01, de 11 de janeiro de 2012.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2012 (Decreto nº 57.733/2012).

Para o Programa de Modernização dos Tribunais de Contas – PROMOEX foi autorizado, em fevereiro, crédito suplementar automático com recursos provenientes de aplicações financeiras, incluindo a receita diferida de 2011, na fonte 005.003.197 – Vinculados Federais, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) destinados ao pagamento de diárias aos servidores participantes dos eventos relacionados ao PROMOEX.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2012, em seguida a execução orçamentária, detalhando mês a mês, as alterações orçamentárias na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de setembro do corrente exercício.

PROGRAMAÇÃO INICIAL - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2012:

DESPESAS CORRENTES

MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Fevereiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Março	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Abril	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Maio	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083



Junho						
Julho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Agosto	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Setembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Outubro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Novembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Dezembro	38.336.996	4.277.005	177.897	9	4.454.911	42.791.907
TOTAL	458.028.015	51.096.481	2.125.304	20	53.221.805	511.249.820

Valores em R\$ 1

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Fevereiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Março	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Abril	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Maio	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Junho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Julho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Agosto	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Setembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Outubro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977



Novembro					
Dezembro	837.000	152.632	10	989.642	43.781.549
TOTAL	10.000.000	1.823.466	10	11.823.476	523.073.296

Valores em R\$ 1

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

PROGRAMAÇÃO INICIAL ATUALIZADA - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2012

DESPESAS CORRENTES								
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL		
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES		
Janeiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Fevereiro	38.153.729	4.256.316	177.037	220.001	4.653.354	42.807.083		
Março	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Abril	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Maio	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Junho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Julho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		
Agosto	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083		



Setembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Outubro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Novembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Dezembro	38.336.996	4.277.005	177.897	9	4.454.911	42.791.907
TOTAL	458.028.015	51.096.481	2.125.304	220.020	53.441.805	511.469.820

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Fevereiro	833.000	151.894	0	984.894	43.791.977
Março	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Abril	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Maio	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Junho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Julho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Agosto	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Setembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Outubro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Novembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Dezembro	837.000	152.632	10	989.642	43.781.549



TOTAL	40.000.000	4 000 400	40	44 000 470	500 000 000
TOTAL	10.000.000	1.823.466	10	11.823.476	523.293.296

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios - Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL - EXERCÍCIO DE 2012

EMPENHADO

Valores em R\$ 1 DESPESAS CORRENTES							
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL	
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES	
Janeiro	34.496.548,73	23.086.044,48	12.548,76	0	23.098.593,24	57.595.141,97	
Fevereiro	34.523.963,59	2.648.469,77	16.678,84	214.844,32	2.879.992,93	37.403.956,52	
Março	34.038.888,14	3.853.093,27	41.637,71	0	3.894.730,98	37.933.619,12	
Abril	34.521.221,72	3.933.855,62	24.337,37	0	3.958.192,99	38.479.414,71	
Maio	37.054.652,61	1.894.366,69	33.271,76	0	1.927.638,45	38.982.291,06	
Junho	37.687.142,98	1.328.038,07	27.300,72	0	1.355.338,79	39.042.481,77	



Julho	38.726.551,20	1.900.761,86	18.851,13	0	1.919.612,99	40.646.164,19
Agosto	36.575.263,36	1.634.876,23	24.894,34	0	1.659.770,57	38.235.033,93
Setembro	36.902.312,40	1.508.870,89	34.792,14	0	1.543.663,03	38.445.975,43
TOTAL	324.526.544,73	41.788.376,88	234.312,77	214.844,32	42.237.533,97	366.764.078,70

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	13.745,16	-	-	13.745,16	57.608.887,13
Fevereiro	2.470,00	-	-	2.470,00	37.406.426,52
Março	118.028,71	-	-	118.028,71	38.051.647,83
Abril	556.330,73	11.760,00	-	568.090,73	39.047.505,44
Maio	534.854,17	-	-	534.854,17	39.517.145,23
Junho	534.120,26	-	-	534.120,26	39.576.602,03
Julho	653.348,96	-	-	653.348,96	41.299.513,15
Agosto	819.340,36	17.640,00	-	836.980,36	39.072.014,29
Setembro	1.716.518,53	401.360,00	-	2.117.878,53	40.563.853,96
TOTAL	4.948.756,88	430.760,00	-	5.379.516,88	372.143.595,58



Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Mês de setembro: dados provisórios

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL - EXERCÍCIO DE 2012

REALIZADO

DESPESAS CORRENTES								
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL		
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES		
Janeiro	34.471.318,87	2.655.418,44	12.548,76	0	2.667.967,20	37.139.286,07		
Fevereiro	34.526.033,73	2.128.502,47	16.678,84	214.844,32	2.360.025,63	36.886.059,36		
Março	34.040.958,28	3.854.296,45	27.434,71	0	3.881.731,16	37.922.689,44		
Abril	34.523.291,86	3.120.221,80	34.140,37	0	3.154.362,17	37.677.654,03		
Maio	37.056.722,75	3.823.088,50	21.811,76	0	3.844.900,26	40.901.623,01		
Junho	37.689.246,66	3.445.991,64	29.860,72	0	3.475.852,36	41.165.099,02		



Julho	38.726.551,20	4.236.604,70	17.841,13	0	4.254.445,83	42.983.067,17
Agosto	36.577.333,50	3.833.181,29	31.304,34	0	3.864.485,63	40.441.819,13
Setembro	36.902.312,40	3.856.360,65	42.692,14	0	3.899.052,79	40.801.365,19
TOTAL	324.515.839,39	30.953.665,94	234.312,77	214.844,32	31.402.823,03	355.918.662,42

Valores em R\$ 1

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	-	-	0	37.139.286,07
Fevereiro	12.268,26	-	-	12.268,26	36.898.327,62
Março	2.470,00	-	-	2.470,00	37.925.159,44
Abril	6.556,90	-	-	6.556,90	37.684.210,93
Maio	156.204,49	-	-	156.204,49	41.057.827,50
Junho	120.962,20	-	-	120.962,20	41.286.061,22
Julho	489.511,36	11.760,00	-	501.271,36	43.484.338,53
Agosto	457.570,25	-	-	457.570,25	40.899.389,38
Setembro	192.909,74	17.640,00	-	210.549,74	41.011.914,93
TOTAL	1.438,453,20	29.400,00	-	1.467.853,20	357.386.515,62



Fonte 1-Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios - Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Mês de setembro: dados provisórios

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais de Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes aos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2012 foram publicados, respectivamente, nos Diários Oficiais do Estado dos dias 04 de abril e 1º de junho, 28 de julho e 02 de outubro de 2012.

São esses, em síntese, os dados dignos de registro decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no decurso do **TERCEIRO TRIMESTRE DE 2012**, que, como Presidente, me compete submeter à elevada apreciação do <u>EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO</u> e à augusta <u>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO</u>, consoante disciplina do artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3º, inciso IX, da Lei Complementar n. 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV, do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010.

São Paulo, 26 de outubro de 2.012.

RENATO MARTINS COSTA Presidente